

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: PRESSUPOSTOS, AVANÇOS E RETROCESSOS

GRANDO, Daiane¹

LABIAK, Osni²

MATTES, Veronica Volski³

MADRID, Silvia Christina de Oliveira⁴

Resumo: Este artigo tem como tema a Educação Física na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017, 2018). O objetivo geral é analisar a Educação Física no contexto da BNCC (BRASIL, 2017, 2018), bem como os possíveis avanços e retrocessos para a disciplina. Como objetivos específicos temos o intuito de: apresentar a organização da Educação Física no ensino fundamental e ensino médio; identificar como estão estabelecidos na BNCC (BRASIL, 2017, 2018) os conhecimentos, competências e habilidades propostos para a Educação Física. Utilizamos dos pressupostos da pesquisa qualitativa e como delineamento utilizamos da análise documental. Consideramos que a BNCC (BRASIL, 2017, 2018) em relação à Educação Física apresenta limitações teóricas e metodológicas e, principalmente no ensino médio, não contribui para legitimar a disciplina na Educação Básica em todos os anos e níveis da escolarização.

Palavras-chave: BNCC; Educação Básica; Educação Física.

Introdução

A Educação Física segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 – LDB (BRASIL, 1996) é componente curricular

¹ Docente do Curso de Educação Física Bacharelado da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO-PR) e da Faculdade Guairacá (GUARAPUAVA-PR). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar e Formação de professores - GEPEFE (UEPG/CNPq).

² Professor da Rede Pública Municipal de Prudentópolis-PR. Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar e Formação de professores - GEPEFE (UEPG/CNPq).

³ Docente do Curso de Educação Física Bacharelado na Universidade Estadual do Centro Oeste.

⁴ Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado e Doutorado, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR). É Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar e Formação de Professores - GEPEFE (UEPG/CNPq).

obrigatório da Educação Básica, nos âmbitos da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio. O objetivo principal da Educação Física na escola é trabalhar com a cultura corporal por meio dos conhecimentos historicamente construídos, tendo em vista os cinco conteúdos estruturantes: Dança, Ginástica, Jogos e Brincadeiras, Lutas e Esporte (PARANÁ, 2008). A Educação Básica tem seus pressupostos regidos pela LDB nº 9394/1996 (BRASIL, 1996) e por meio da articulação entre as políticas educacionais, são elaborados documentos para embasar o trabalho docente, visando o desenvolvimento e melhoria da educação.

Nessa direção a organização da Educação Básica tem seus pressupostos na Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNs (BRASIL, 2013), no Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) sob a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 com metas a serem atingidas de 2014 a 2024, na BNCC (BRASIL, 2017, 2018), além dos Planos Estaduais de Educação (PEE) formulados pelos estados tendo como base o PNE (BRASIL, 2014). (PERTUZATTI; DICKMANN, 2016).

Este artigo tem como objetivo geral analisar a Educação Física no contexto da BNCC (BRASIL, 2017, 2018), bem como os possíveis avanços e retrocessos para a disciplina. Como objetivos específicos temos o intuito de: apresentar a organização da Educação Física no ensino fundamental e ensino médio; e identificar como estão estabelecidos na BNCC (BRASIL, 2017, 2018) os conhecimentos, competências e habilidades propostos para a Educação Física.

Assim, apresentamos apontamentos e análises sobre a BNCC (BRASIL, 2017, 2018), no ensino fundamental e no ensino médio em relação aos fundamentos pedagógicos, o ensino por competências, a organização dos conteúdos e objetivos de aprendizagem em cada uma dessas etapas da escolarização.

A metodologia utilizada é de cunho qualitativo que para Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa se debruça no estudo do fenômeno em seu ambiente natural, analisando o problema processualmente. O delineamento metodológico está pautado na pesquisa bibliográfica e análise documental, ou seja, consideramos o teor da BNCC (BRASIL, 2017, 2018) analisando o lugar da Educação Física nesta proposta e trabalhos publicados em revistas da área

da Educação e Educação Física que discutem sobre o objeto de estudo apresentado.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017, 2018) é um documento normativo previsto na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), na LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e no PNE (BRASIL, 2014), elaborado por especialistas de várias áreas, sendo um documento plural, atual, que propõem um conjunto de conhecimentos, que devem ser desenvolvidos na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). A BNCC (BRASIL, 2017, 2018) apresenta um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens, apontadas como essenciais, para que os alunos desenvolvam na Educação Básica, assim, lhes será assegurado o direito de aprendizagens e desenvolvimento.

A partir da BNCC (BRASIL, 2017, 2018) as redes de ensino e instituições escolares públicas e privadas, passam a ter uma referência nacional e obrigatória para elaborar/e adequar suas propostas pedagógicas e currículos (BRASIL, 2017, 2018). A ideia inicial foi da elaboração de um documento coerente com a realidade das escolas brasileiras e que para atingir esse objetivo seria necessário promover debates que envolvessem os profissionais da educação e toda sociedade civil. A BNCC (BRASIL, 2017, 2018), publicada recentemente sofreu e sofre muitas críticas e instiga análises teóricas dos profissionais da Educação.

Para Almeida (2018) a BNCC vêm a ser uma política pública causadora de polêmicas, posicionamentos e reflexões acerca de sua interpretação, aceitação e concepção, na Educação Básica com intuito de possibilitar e desenvolver as aprendizagens essenciais, por intermédio de uma educação humana integral, pautada na busca por uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A versão final da BNCC (BRASIL, 2017) para a educação infantil e o ensino fundamental foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017, a versão da BNCC (BRASIL, 2018) do ensino médio foi aprovada

recentemente em 2018, assim, em 2019 as escolas iniciaram o processo de implantação das orientações estabelecidas na BNCC.

A BNCC (BRASIL, 2018) do ensino médio demorou mais tempo para ser homologada devido as questões associadas a reforma do ensino médio no governo Temer e as mudanças na LDB presentes na Medida Provisória (MP) nº 746/2016 e concretizada por meio da Lei nº 13415/2017 que objetiva que o currículo seja diversificado e flexível além de fazer referência à educação em tempo integral. Na Lei nº 13415/2017 consta que o currículo do ensino médio na BNCC (BRASIL, 2018) deve ser composto por itinerários formativos, sendo os itinerários denominados de: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional (BRASIL, 2018).

A medida provisória citada assim como a versão final da BNCC (BRASIL, 2018) do ensino médio recebeu e recebe muitas críticas de professores e sociedade civil, mas as críticas e protestos não foram suficientes para alterar significativamente o que está estabelecido no documento. As críticas giram em torno principalmente da obrigatoriedade de algumas disciplinas a qual se apresenta de maneira pouco clara sendo citado que apenas Língua Portuguesa e Matemática devem ser oferecidas nos três anos do ensino médio, as outras disciplinas presentes nos itinerários podem ser organizadas e definidas atendendo as particularidades de cada contexto e as escolhas dos estudantes, definida no documento como protagonismo estudantil.

Assim, apresentamos apontamentos e análises sobre a BNCC, no ensino fundamental e no ensino médio em relação aos fundamentos pedagógicos, o ensino por competências, a organização dos conteúdos e objetivos de aprendizagem em cada uma dessas etapas da escolarização.

A metodologia utilizada é de cunho qualitativo que para Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa se debruça no estudo do fenômeno em seu ambiente natural, analisando o problema processualmente. O delineamento metodológico está pautado na pesquisa bibliográfica e análise documental, ou seja, consideramos o teor da BNCC (BRASIL, 2017, 2018) analisando o lugar da Educação Física nesta proposta e trabalhos publicados em revistas da área

da Educação e Educação Física que discutem sobre o objeto de estudo apresentado.

PRESSUPOSTOS DA BNCC PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Após homologação da versão final da BNCC (BRASIL, 2017) que contempla a educação infantil e ensino fundamental, inicia-se a ampla divulgação do documento nas Instituições escolares, gerando muitas expectativas aos professores, principalmente naqueles que não estavam por dentro ou não acompanharam o processo de construção da base. Assim, tecemos algumas considerações no sentido de deixar evidente o que a BNCC propõe para o ensino fundamental mais especificamente na educação infantil e nos anos iniciais.

O ensino fundamental está organizado em cinco áreas de conhecimento, sendo: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Ensino Religioso. A Educação Física está inserida na área de Linguagens, a qual é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, e nos anos finais do ensino fundamental está incluída a Língua Inglesa (BRASIL, 2017).

O documento disponibiliza um quadro com as competências gerais da BNCC, as competências são ligadas ao viés de garantia de direito de aprendizagem e desenvolvimento, o documento também propõe habilidades e competências de caráter obrigatório para os componentes curriculares, para assim garantir o direito do cidadão ao acesso as aprendizagens essenciais (PESSOA, 2018).

Rufino e Souza Neto (2016) destacam que para cada etapa são estabelecidos objetivos de aprendizagens de cada um dos componentes curriculares, também são apresentadas algumas informações específicas sobre cada disciplina e relações com as etapas de ensino.

Segundo Neira e Souza Junior (2016, p. 196) compreender a Educação Física como componente da área de Linguagens “significa promover atividades didáticas que auxiliem os estudantes a ler e produzir as manifestações culturais

corporais, concebidas como textos e contextos constituídos pela linguagem corporal”.

Neira e Souza Junior (2016) criticam ainda a inexistência de alguns fatores como, atividades a serem realizadas, métodos adequados ou instrumentos de avaliação ideais, dessa forma, compreende-se que a BNCC (BRASIL, 2017) ao contrário de outras propostas curriculares estaduais e municipais, evidencia os professores como sujeitos do processo, atribuindo-lhes a tarefa de criar, inventar, recorrer à experiência própria e ao conhecimento dos alunos para organizar e desenvolver o trabalho pedagógico.

No que tange aos anos iniciais do ensino fundamental, a BNCC (BRASIL, 2017) passa a dar ênfase nas situações lúdicas de aprendizagem, ao mesmo tempo, destaca a necessidade de uma articulação com as experiências vivenciadas durante a Educação Infantil, sendo necessária ser de forma progressiva a sistematização das vivências e do desenvolvimento das crianças (PINHEIRO, 2018).

A BNCC (BRASIL, 2017) busca proporcionar aos alunos participar de práticas de linguagens diversificadas, por meio das quais possam ampliar o campo das capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, dando continuidade as vivências e experiências desenvolvidas na Educação Infantil. Nos anos iniciais do ensino fundamental, os componentes curriculares propiciam inúmeras práticas, principalmente aquelas ligadas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas (BRASIL, 2017).

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p. 211),

[...] práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo.

Durante as aulas de Educação Física essas práticas corporais devem ser desenvolvidas como “fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório” (BRASIL, 2017, p. 211).

A Educação Física na BNCC (BRASIL, 2017) é considerada componente curricular e será necessário aprofundar, discutir e refletir, sobre os avanços que o documento aponta, a fim de desenvolvermos as competências indicadas, as

quais apresentam um conjunto de habilidades relacionadas a diferentes objetos de conhecimento que estão organizados em unidades temáticas (BRASIL, 2017).

Embora, sejam apontadas unidades temáticas para a Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental, não conseguimos identificar seu objeto de estudo, o referido documento ora utiliza o termo cultura corporal, ora cultura corporal de movimento, além de não apresentar uma concepção de formação humana, aspectos que necessitam ser considerados e inseridos nas discussões, abordagens e reflexões na formação inicial e continuada de professores.

A BNCC (BRASIL, 2017) enfatiza que a Educação Física possibilita o enriquecimento das experiências das crianças, jovens e adultos, por meio do acesso a um vasto universo cultural, pautado com saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas. O referido documento elenca três elementos fundamentais comuns às práticas corporais, os quais são: movimento corporal como elemento essencial; organização interna, atrelada por uma lógica específica; produto cultural vinculado ao lazer/entretenimento e/cuidado com o corpo e a saúde (BRASIL, 2017).

Para Neira (2018) a análise da base demonstra, mais problemas do que pontos positivos, assim, os professores precisam assumir uma postura crítica em relação ao que está posto, ao contrário, restará arcar com as consequências que está política curricular trará para o futuro.

Destacamos que, durante sua elaboração o documento passou por várias modificações, até a segunda versão, o processo estava sendo amplamente discutido, no entanto, a terceira versão e a versão final homologada deixaram a desejar nesse quesito, ocorreu uma drástica redução e cortes em várias partes do texto, empobrecendo alguns aspectos importantes ligados a Educação Física.

Para especialistas representantes da área da Educação Física, até a segunda versão ocorreu um processo democrático da construção da base, no entanto, foi interrompido a partir da 3ª versão e a partir dessa versão fica evidente a exigência do MEC para que área construísse uma base enxuta e de forma rápida, desrespeitando o tempo de amadurecimento da área, o MEC foi totalmente alterado durante as discussões referente a BNCC (BRASIL, 2017),

houve o desligamento do grupo da Educação Física que vinha construindo a base, questão que influenciou diretamente nas versões seguinte do documento (PESSOA, 2018).

Em contrapartida, Almeida (2018) destaca que o projeto inicial da base, foi fruto de um trabalho coletivo, a BNCC (BRASIL, 2017) poderia ser um documento de partida ao entregar ao estado brasileiro a responsabilidade de conduzir o sistema de ensino, mesmo se tivesse obtido sucesso esperado, não seria a salvação das mazelas da educação brasileira.

Sendo assim, o texto não possui discussões do que fundamenta esse conceito da base, ensinar práticas corporais, termo muito abstrato para os professores da escola, se for adotado de forma acrítica, pode ser desenvolvido na perspectiva da aptidão física, colocando em risco a construção de avanços efetivos na prática pedagógica da Educação Física nas escolas (PESSOA, 2018).

Piovesan (2018) faz uma análise e constata que a BNCC (BRASIL, 2017) promove questionamentos ao definir competências e habilidades, para o autor limita pedagogicamente o professor que precisa com urgência de valorização, por meio de formação, ambiente adequado de trabalho e salário digno.

Concordamos como Zambon (2017) que a BNCC (BRASIL, 2017) pode trazer mudanças profundas na educação brasileira, no entanto, como possui um caráter eminentemente obrigatório, precisa ser implantada de forma gradativa, a partir de reflexões com consciência e comprometimento dos agentes envolvidos.

Ao analisar a base proposta para o os anos iniciais do ensino fundamental, sentimos a ausência da fundamentação de alguns conceitos utilizados durante o texto, os quais seriam essenciais para a compreensão de mundo e de sujeito que o documento normativo pretende formar.

Acreditamos que a partir das primeiras leituras é possível identificar limitações em muitos aspectos relacionados à área da Educação Física, dessa forma, cabe ao professor durante a formação continuada, interpretar e realizar reflexões acerca do que a base estabelece e de que forma pode estruturar o processo de ensino e aprendizagem.

PRESSUPOSTOS DA BNCC PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

De início, o texto apresenta que os anos finais do ensino fundamental contempla uma nova fase de aprendizagem na vida dos alunos, em que estes têm contato com um número maior de professores e situações mais complexas de aprendizagem, inclusive das práticas corporais (BRASIL, 2017). Contudo, notamos que o início do documento desconsidera os conteúdos tratados nos anos iniciais do ensino fundamental, pois poderia se utilizar deste momento para fazer um retrospecto das principais contribuições dos conteúdos e habilidades implicados na fase anterior de escolarização para, assim, inferir nos conteúdos e habilidades da nova etapa.

As propostas da BNCC (BRASIL, 2017) para os anos finais do ensino fundamental são estruturadas em dois blocos de unidades temáticas e objetos de conhecimento, conforme demonstra o quadro A:

Quadro A: Propostas da BNCC para os anos finais do ensino fundamental.

Unidades temáticas	Objetos do conhecimento	
	6º e 7º anos	8º e 9º anos
Brincadeiras e jogos	Jogos eletrônicos	
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão Esportes de invasão Esportes técnico-combinatórios	Esportes de rede/parede Esportes de campo e taco Esportes de invasão Esportes de combate
Ginásticas	Ginásticas de condicionamento físico	Ginásticas de condicionamento físico Ginásticas de conscientização corporal
Danças	Danças urbanas	Danças de salão
Lutas	Lutas do Brasil	Lutas do mundo
Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura urbanas	Práticas corporais de aventura na natureza

Fonte: Adaptado de BNCC (BRASIL, 2017).

Em se tratando da unidade temática “brincadeiras e jogos”, vemos somente a inserção dos jogos eletrônicos como objeto de conhecimento para os 6º e 7º anos do ensino fundamental. Embora os jogos eletrônicos tenham se tornado parte do cotidiano de crianças e jovens, sua prática apresenta influências tanto positivas (resolução de problemas, orientação espacial, tomadas de decisões, etc.) quanto negativas (agressividade, problemas de saúde físicos e emocionais, etc.) (BATISTA; QUINTÃO; LIMA, 2008).

Tendo em vista, a vasta gama de conhecimentos que envolvem as brincadeiras e jogos, analisamos que a BNCC (BRASIL, 2017) não utilizou destes para trazer mais opções sobre o conteúdo ao ensino fundamental. Notamos, também, que os jogos eletrônicos podem ser percebidos na escola de forma limitada, com pouca viabilidade enquanto prática, desconsiderando a realidade do ambiente escolar.

Entretanto, no que tange o objeto “esportes”, evidenciamos que a BNCC (BRASIL, 2017) traz uma variedade de opções de trabalho com o tema, visto que abre um leque de opções esportivas (esportes de marca, de precisão, de invasão e técnico-combinatórios para 6º e 7º anos e esportes de rede/parede, de campo e taco, de invasão e de combate para 8º e 9º anos). Cabe ao professor compreender a realidade escolar e trabalhar com os esportes que se adaptem a ela.

As “ginásticas” são divididas enquanto de condicionamento físico e de conscientização corporal. A primeira é caracterizada pela “exercitação corporal orientada à melhoria do rendimento, à aquisição e à manutenção da condição física individual ou à modificação da composição corporal” (BRASIL, 2017, p. 205). Já a segunda são “práticas que empregam movimentos suaves e lentos, tal como a recorrência a posturas ou à conscientização de exercícios respiratórios, voltados para a obtenção de uma melhor percepção sobre o próprio corpo” (BRASIL, 2017, p. 206). Para ambas, nossa análise aponta para o não estabelecimento de exemplos que possam nortear a atuação docente.

Tendo em vista as “danças”, notamos os conteúdos de danças urbanas para os 6º e 7º anos e danças de salão para 8º e 9º anos. Percebemos que o foco nestes conteúdos específicos pode, de certa forma, desconsiderar a realidade escolar. Já a divisão do objeto “lutas” em lutas do Brasil (6º e 7º anos) e lutas do mundo (8º e 9º anos), ao nosso ver, possibilita uma variedade menor de tipos de luta para a primeira fase em comparação com a segunda.

Por fim, notamos algo inovador no objeto de conhecimento “práticas de aventura”. Tais práticas são, atualmente, presentes na sociedade e no meio esportivo, produtos de seu desenvolvimento, principalmente a partir da década de 90, quando o homem passou a procurar ambientes naturais (ou artificiais) para realizar atividades, seja pela inovação, interação com a natureza, busca por aventura, entre outros (BET; SUZUKI, 2013).

Desta forma, nos cabe questionar de que forma a diversidade escolar está, novamente, sendo atendida com tal proposta. Como o a escola do contexto urbano poderá conseguir promover práticas corporais de aventura na natureza? Da mesma forma, de que maneira a escola rural conseguirá atender a demanda das práticas corporais de aventura urbana?

Sendo assim, nossa análise da BNCC (BRASIL, 2017) para os anos finais do ensino fundamental pauta na falta de atenção à diversidade escolar, presente nas escolas, públicas e privadas, de todo território brasileiro. É fato de que construir uma base curricular comum a um país tão grande e múltiplo como o Brasil não é uma tarefa fácil (BETTI, 2017). Pensamos, assim como Betti (2017), que a BNCC (BRASIL, 2017) aponta alguns encaminhamentos para a Educação Física no ensino fundamental, mas novos devem ser trilhados. Ou seja, a BNCC (BRASIL, 2017) deve ser encarada como um avanço, mas se pensarmos que está finalizada poderá ser um retrocesso.

PRESSUPOSTOS DA BNCC PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

O ensino médio como última fase da escolarização de nível básico passou por uma reforma instituída em forma de lei a qual foi colocada em evidência na mídia. As polêmicas que surgiram a partir da BNCC (BRASIL, 2018) para o ensino médio fizeram com que sua versão fosse publicada apenas posterior a publicação da versão referente as demais fases.

A propaganda feita em relação aos benefícios desta reforma evidenciou a necessidade governamental em aprovar seus pressupostos por meio do apoio da sociedade civil. A propaganda disseminada pelos meios de comunicação, defende que a proposta é baseada na experiência de vários países que tratam a educação como prioridade e que a partir desta reforma o aprendizado irá ser mais estimulante e compatível com a realidade. Cita também que, além dos conteúdos obrigatórios definidos pela BNCC (BRASIL, 2018) os jovens terão liberdade para se aprofundar nas áreas de conhecimento obrigatórias e nas áreas que atendam sua vocação e escolhas futuras (CERVI; SANTOS, 2019).

O intuito é de colocar em evidência o chamado protagonismo juvenil, considerando que o jovem do ensino médio é maduro o suficiente para já neste nível de ensino optar por cursar as disciplinas que tem relação com a profissão que irá seguir. Temos uma formação já nesta fase, direcionada para alguns conhecimentos em detrimento de outros e compreendemos que o objetivo da educação básica, em todos os níveis de ensino, é trabalhar com todas as disciplinas presentes historicamente no currículo.

Podemos evidenciar mais alguns aspectos relevantes sobre essa nova estrutura neste trecho do texto da BNCC (BRASIL, 2018, p. 468)

Essa nova estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a flexibilidade como princípio de organização curricular, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida.

Analisando criticamente esse trecho pensamos a possibilidade dessa flexibilização ter um caráter reducionista de acesso ao conhecimento, já que a formação estará mais direcionada aos projetos de vida e as escolhas juvenis e não a formação geral e básica. Pensamos também que, essa formação está mais preocupada com o imediatismo que o mercado de trabalho exige atendendo as necessidades do sistema capitalista.

A partir de todas essas mudanças em transito fazemos o seguinte questionamento: qual o lugar da disciplina de Educação Física nessa organização curricular? Ela não estará perdendo seu espaço? Sua obrigatoriedade? Qual seu papel na formação do aluno? e qual seu *status* nos projetos de vida desses jovens?

A Educação Física no ensino médio está inserida

Na área de Linguagens e suas Tecnologias, a Educação Física possibilita aos estudantes explorar o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais e analisar os discursos e os valores associados a elas, bem como os processos de negociação de sentidos que estão em jogo na sua apreciação e produção. Nesse sentido, estimula o desenvolvimento da curiosidade intelectual, da pesquisa e da capacidade de argumentação (BRASIL, 2018, p. 483).

A área de Linguagens é composta pela disciplina de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. No trecho acima, é citada a importância da gestualidade como linguagem por meio das práticas corporais considerando a cultura e significados sociais produzidos por ela.

Verificamos que nesta etapa da escolarização a Educação Física aparece discretamente inserida nas competências da área de Linguagens. A interpretação feita é de que segundo a BNCC (BRASIL, 2017) no ensino fundamental os alunos já desenvolvem as habilidades básicas de execução de movimentos corporais e no ensino médio devem ampliar a utilização destes de maneira crítica, ética, com respeito as diferenças, promovendo os Direitos Humanos, consciência socioambiental e consumo responsável (BRASIL, 2018).

A Língua Portuguesa ocupa papel central nesta área e tem orientações mais detalhadas se comparada com outras disciplinas, o mesmo ocorre com a Matemática que está inserida na área de Matemática e suas Tecnologias apresentada de forma isolada, ou seja, com uma área de conhecimento exclusiva para a disciplina. Isso ocorre visto que ambas são as únicas citadas como obrigatórias nos três anos do ensino médio.

A questão da obrigatoriedade é o ponto mais marcante e que faz pensar se a escola pública dentro das condições físicas e materiais que apresenta irá conseguir ofertar toda parte diversificada dos itinerários com qualidade ou apenas irá optar pelo mínimo. O que está em risco é a oferta de uma gama de conhecimentos científicos fundamentais para a formação e a Educação Física está dentre estes menos privilegiados.

Jovens e adolescentes constantemente vem se afastando das práticas corporais, cada vez mais sedentários deixam de desenvolver sua cultura corporal e conseqüentemente de promover sua saúde. Paiva (2019, p. 113) cita que a constituição da identidade corporal dos alunos da Educação Básica por meio da BNCC “são experiências repetitivas, desprovidas de significados sociais e que em praticamente nada se diferem das aulas ofertadas na Educação Física escolar nos últimos trinta ou quarenta anos”.

O aluno do ensino médio deve ser pensado como aquele que deve fazer uma análise crítica da realidade, que deve ter acesso há conteúdos para além de diversificados com significado social. Este, é o aluno que na maioria das escolas públicas já está inserido no mercado de trabalho para auxiliar na renda

familiar e tem que lidar diretamente com as contradições presentes no meio social.

Diante disso, analisamos criticamente que os pressupostos da BNCC (BRASIL, 2018) para o ensino médio pouco contribuem para emancipação do aluno e no que se refere a disciplina de Educação Física as contribuições são ínfimas. A disciplina corre sérios riscos de não ser contemplada no currículo dos três anos do ensino médio perdendo um espaço que demorou anos para ser conquistado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo propôs levantar questionamentos sobre a BNCC (BRASIL, 2017, 2018), seus pressupostos e o espaço da disciplina de Educação Física no referido documento. Constatamos que a BNCC (BRASIL, 2017, 2018) apresenta poucos avanços para Educação Básica e deixa muitas lacunas em relação a opções teóricas e metodológicas que devem estar associadas ao processo de produção de conhecimentos.

Em relação à Educação Física temos uma apresentação de unidades temáticas e objetivos de aprendizagem, mas nenhuma sugestão ou aprofundamento sobre seu objeto de estudo, a cultura corporal. Também não são apresentadas abordagens as quais elaboradas por meio de estudiosos da área sistematizam o processo de ensino aprendizagem, assim, fica ao cargo do professor optar por uma que seja mais condizente com seu contexto de trabalho.

Explicitamos como está estruturado o documento em relação aos níveis de ensino, mas consideramos que a BNCC (BRASIL, 2017, 2018) exige ainda uma análise crítica dos profissionais da educação para que possamos compreender seus desdobramentos e intenções. Poderemos a partir de agora analisar como será feita a implementação das ações, como se dará a capacitação dos professores e como a gestão escolar pretende lidar com essa proposta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. F. **Base Nacional Comum Curricular**: concepção do componente Educação Física para o Ensino Fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BATISTA, M. de L. S.; QUINTÃO, P. L.; LIMA, S. M. B. Um estudo sobre a influência dos jogos eletrônicos sobre os usuários. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, n. 4, jan./jun., 2008.

BET, C. J.; SUZUKI, C. S. Inclusão de esportes radicais de ação e aventura na Educação Física escolar. **Cadernos PDE**, volume 1, 2013.

BETTI, M. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Educação Física do Ensino Fundamental**: ruim com ela, pior sem ela. Bauru: 01 de maio de 2017. Blog do CEV (Centro Esportivo Virtual). Disponível em: cev.org.br/biblioteca/base-nacional-comum-curricular-bncc-de-educacao-fisica-do-ensino-fundamental-ruim-com-ela-pior-sem-ela/ Acesso em: 01 de abril de 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular/Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular/Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CERVI, G. M.; SANTOS, A. I. dos. A reforma do Ensino Médio brasileiro como estratégia biopolítica de governo. **Revista espaço do currículo**, Centro de Educação Universidade Federal da Paraíba, v. 12, n. 1, p. 181-193, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NEIRA, M. G. Incoerências e Inconsistência da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 3, p. 215-223, 2018.

PAIVA, R. da Sa. Entre a ostentação do discurso e a miséria das práticas: implicações para o corpo e a Educação Física escolar no ensino básico no séc.

XXI. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 1, p. 108 -124, jan./abr., 2019.

PERTUZATTI, L.; DICKMANN, I. Uma visão panorâmica da LDB à BNCC: as políticas públicas de alfabetização, letramento e suas relações com a cultura corporal na Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 113-129, set. 2016.

PESSOA, F. M. **A Educação Física na Construção da Base Nacional Comum Curricular**: consensos, disputas e implicações político-pedagógicas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

PINHEIRO, E. G. **A Educação Física Escolar na Base Nacional Comum Curricular**: dinâmicas de um movimento em construção. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação associado em Educação Física, UEM/UEL, Maringá, 2018.

PIOVESAN, J. P. **A Educação Física Segundo a Base Nacional Comum Curricular e o discurso dos organismos multilaterais no documento “Metas Educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários”** Emancipação ou Regulação? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-Campus de Frederico Westphalen, 2018.

RUFINO, L. G. B.; SOUZA NETO, S. Saberes Docentes e Formação de Professores de Educação Física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da profissionalização do ensino. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 42-60, set. 2016.

ZAMBON, M. C. Base Nacional Comum Curricular e o Impacto nos Processos Avaliativos do Inep da Educação Superior. In: 3º SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 05 E 06 DE SETEMBRO DE 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Avalies 2017, UFSC.

Endereço dos autores:

Rua Hailton Jaskulski, nº 85, Vila Bela, Guarapuava Paraná.